



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E
COMBATE À FOME
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

Em conformidade com Art. 19. Do Decreto N° 10.829, de 05 de outubro de 2021.

INFORMAÇÕES PESSOAIS

Nome: Adriana Telles Ribeiro

Cargo efetivo: Conselheira da Carreira de Diplomata

Cargo comissionado: Chefe da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais (AESSIN)

FORMAÇÃO ACADÊMICA

Curso: Graduação em Ciências Sociais

Instituição: New School for Social Research, NY, EUA

Conclusão: 20/07/2000

Curso: MBA em Relações Internacionais (pós graduação Lato Senso)

Instituição: Universidade Cândido Mendes

Conclusão: 18/07/2003

Curso: Mestre em Políticas Públicas e Gestão

Instituição: SOAS Universidade de Londres

Conclusão: 1/12/2022

Currículo no Lattes (link):

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Empresa/Órgão: Ministério das Relações Exteriores

Cargo: Diplomata

Período: 27/07/2006 – 11/07/2025

Descrição: Conselheira da Carreira de Diplomata, tendo trabalhado na Subsecretaria de Comunidades Brasileiras, Missão do Brasil junto às Nações Unidas em NY, Embaixada do Brasil em Adis Abeba, Escritório de Representação do MRE em São Paulo e como Ministra-conselheira, comissionada, da Embaixada do Brasil em Nairóbi

Empresa/Órgão: Prefeitura do Município de São Paulo – Secretaria de Relações Internacionais

Cargo: Assessora

Período: maio de 2005 - agosto de 2006

Descrição: Trabalho de assessoria da Secretaria Municipal de Relações Internacionais (SMRI) da Prefeitura de São Paulo

REQUISITOS LEGAIS/OBRIGATÓRIOS (DECRETO 10.829) (marcar todas as opções em que se enquadrar)

☐ Não enquadramento nas hipóteses de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990

☒ Experiência profissional de, no mínimo, seis anos em atividades correlatas às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições e às competências do cargo ou da função;

☐ Ter ocupado cargo em comissão ou função de confiança equivalente a CCE de nível 13 ou superior em qualquer Poder, inclusive na administração pública indireta, de qualquer ente federativo por, no mínimo, seis anos;

☒ Possuir título de mestre ou doutor em área correlata às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições do cargo ou da função.

☐ Ter realizado ações de desenvolvimento de liderança, estabelecidas pelo Ministério da economia, com carga horária mínima de cento e vinte horas.

☐ Enquadra-se na hipótese prevista pelo art. 21º do Decreto 10.829

Dispensa excepcional dos critérios

Art. 21. Os critérios de que tratam os art. 16 a art. 19 poderão ser dispensados, justificadamente, pelo Ministro de Estado titular do órgão ou da entidade vinculada em que estiver alocado o CCE ou a FCE, de forma a demonstrar a conveniência de dispensá-los em razão de peculiaridades do cargo ou do número limitado de postulantes para a vaga.

Parágrafo único. A competência de que trata o caput será exercida:

I - no âmbito do Banco Central do Brasil, pelo Presidente do Banco Central do Brasil; e

II - no âmbito dos órgãos subordinados diretamente ao Presidente da República cujo titular não seja Ministro de Estado, pela autoridade máxima do órgão.